

A PROTECÇÃO TEMPORÁRIA ENQUANTO ELEMENTO DE UM SISTEMA EUROPEU DE ASILO. A PROPOSTA DE DIRECTIVA COMUNITÁRIA SOBRE A PROTECÇÃO TEMPORÁRIA

CONSTANÇA URBANO DE SOUSA¹

ABSTRACT: The creation of a Community system of temporary protection, as a jural mechanism aiming at responding to cases of humanitarian emergency, and allowing for a great number of people pushed to a forced displacement, caused by war in their countries of origin, to remain in the territory of the EU, is an essential step in the creation of the future European asylum system. In the face of conflict foci and humanitarian disasters close to the EU, it is essential for us to define clear rules which can assure speedy decisions and fair solutions to cases of a massive influx of people, as well as an equitable sharing of the resulting costs by Member States. Only thus can one guarantee the good functioning of the asylum system, avoiding both its paralysis and its abuse, with the attendant losses those would mean not only for displaced people but also for those who require asylum under the 1951 Geneva Convention, the cornerstone of the refugee protection system.

1. INTRODUÇÃO

A entrada em vigor do Tratado de Amsterdão (TA), em 1 de Maio de 1999, representa um marco notável no processo de integração europeia ao atribuir à União o objectivo global de se desenvolver como um “espaço de liberdade, segurança e justiça”, onde se inserem as questões relativas ao asilo, à protecção subsidiária e à protecção temporária.

A necessidade de desenvolver novas formas de protecção internacional (protecção subsidiária e protecção temporária) deve-se sobretudo à tendência verificada nos Estados Membros (EM) para uma interpretação restritiva da Convenção de Genebra de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados, alterada pelo Protocolo de Nova Iorque, de 31 de Janeiro de 1967 (adiante Convenção de Genebra)², que constitui ainda a pedra angular do regime internacional de protecção dos refugiados.

¹ Professora da Universidade Autónoma de Lisboa.

² Sobre esta problemática ver, por todos, Daphné Bouteillet-Paquet, *L'Europe et le droit d'asile*, 2001, Paris, pp. 61 e segs., 99 e segs.